



TERRITORIALIDADE INDÍGENA KARITIANA EM RONDÔNIA: RESISTÊNCIA A DOMINAÇÃO DO CAPITAL E DA EVANGELIZAÇÃO

Carlandio Alves da Silva ¹

Marcelo Rodrigues Mendonça ²

Resumo: Mesmo com a imposição da cultura dominante como gestora e estruturadora do espaço social, houve e ainda há resistência para manutenção da cultura, do território e salvaguarda da vida. Diante disso, este texto tem como objetivo discutir e formar reflexões a respeito dos conflitos advindos dos processos capitalistas globalizado, que expõe o modo como o espaço é organizado, resultado de uma escolha política e econômica, composta pelas ideologias dos detentores do poder, estas utilizada com a intencionalidade de modificação do modo de vida das etnias, o que conduziu os povos indígenas em diversos momentos da consolidação do território brasileiro a lutarem para conservação de sua perspectiva para com a natureza, desenvolvendo estratégias para assegurar o que ainda lhes restam. O combate faz-se também pela dignidade e ética para com seu habitat. Mesmo com a demarcação da Terra Indígena Karitiana, e de outros territórios indígenas, que tem por intuito de proteção às etnias, e ainda com determinações na Constituição Federal brasileira em seu capítulo VIII, no Art. 231, não há segurança e proteção consolidada para as etnias. A inobservância e desobediência colocam a vida das etnias dentro do território brasileiro em constante risco, pois suas áreas tradicionalmente ocupadas são constantemente pressionadas e tem seus limites violados.

Palavras-chave: Terra Indígena Karitiana, Capitalismo, Território, Permanência.

INTRODUÇÃO

Desde 1500, com a chegada dos europeus na América na busca por riquezas como ouro, prata, pau-brasil, dentre tanto outros produtos que eram levados para serem vendidos na Europa, deu-se o choque de culturas, o qual mudou o modo de vida dos nativos. Com a espacialização do capital, os índios que sempre estiveram fazendo parte do contexto histórico na colonização portuguesa e ao mesmo tempo na formação do Brasil, todavia, como força de trabalho, escravizados e amotinados findavam vencidos, catequizados ou mortos, os que sobreviveram o fizeram com grande esforço utilizando estratégias para permanecerem na cultura de seus ancestrais.

¹ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG, oidnalrac@gmail.com;

² Doutor em Geografia – UNESP; docente da Universidade Federal de Goiás – UFG, marcelomendonca@ufg.br



As terras indígenas identificadas na Amazônia brasileira ocupam expressivos 20% da área total da Amazônia Legal, segundo dados oficiais da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Apesar das terras serem do ponto de vista constitucional e jurídico asseguradas, os indígenas não somente viram a intervenção da sociedade envolvente e do próprio Estado nacional em sua cultura, como suas áreas de ocupação ancestral ser violentamente ocupadas de maneira ilegal, com isso empurrando-os muitas vezes para outras áreas – o que gerou tensões e conflitos étnicos. O que se constata com maior evidência foram territórios reduzidos, impedindo a sobrevivência, devido à escassez de alimentos, sobretudo a caça e a pesca.

Alguns povos indígenas da Amazônia intensificaram os contatos com os não índios ainda no final do século XIX e início do século XX, após o surgimento do automóvel, quando a indústria automobilística utilizou em grande escala a produção da borracha desenvolvida a partir do látex da seringueira, árvore nativa da Amazônia. Com isso, proporcionou a chegada maciça de trabalhadores conhecidos popularmente por seringueiros, para extração da seiva da planta de alto valor para indústria.

Este texto buscou desenvolver uma análise evidenciando as pressões sofridas e as formas como o povo Karitiana, que vive na Terra Indígena Karitiana em Rondônia este que vem desenvolvendo sua territorialidade com diversas atividades de preservação da floresta e resistindo a formas de evangelização por diversas instituições religiosas dentro de sua terra.

Com a chegada dos trabalhadores da borracha ou a sociedade envolvente, que pressionaram com suas frentes de penetração os territórios indígenas que já habitavam esses espaços, possivelmente fizeram com que certos grupos já estabelecidos em algumas localidades desenvolvessem uma considerável mobilidade no decorrer desse período.

As pressões aos indígenas foram agravadas a partir dos programas de colonização e pavimentação da BR – 364 e o desenvolvimento agrícola, que intensificaram ainda mais os problemas causados aos povos indígenas de Rondônia com uma ocupação desordenada, resultando em impactos nos recursos naturais, que acelerou o desmatamento com retirada de madeira indiscriminada, aumento na garimpagem ilegal, invasão por grupos religiosos nas terras indígenas.

Muitos desses projetos foram desenvolvidos e orquestrados pelo Estado com papel fundamental de organização do espaço, alguns muitas vezes tiveram a pretensão do atendimento exclusivo de uma classe econômica do país, em especial a classe dominante, como esclarece o autor:



Em relação principalmente às classes dominantes, em particular a burguesia, o Estado tem um papel principal de organização. Ele representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder, composto de várias frações de classe burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: caso clássico, ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra. organização, na perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou fração hegemônica (POULANTZAS, 1980, p. 145).

Em vista disso, o Estado constitui a unidade política das classes dominantes, é ele quem estabelece essas classes como classes dominantes. Sendo fundamental na função de organização e unificação da burguesia e dos grupos no poder, ao passo em que possa tomar suas próprias decisões de maneira independente em relação a tal ou qual fração e componente desses grupos, favoráveis a tais e quais interesses particulares.

É percebido, que alguns territórios como o dos indígenas sofrem influências das disputas políticas, econômicas e religiosas, a exemplo disso tem-se diversos conflitos em escala nacional, estadual e local, mesmo com algumas legislações que doravante ‘pareciam’ auxiliar a permanência intocada das áreas não é suficiente para barrar o avanço do desflorestamento e da ação de atores políticos, religiosos e empresários que envolvem com suas ações a marginalização e a degradação nas terras indígenas.

Ainda assim, a questão territorial não se resume na imaterialidade, ao delimitar algo se aponta limites, o que Raffestin (1993, p. 153), explica como sendo a forma territorial como expressão referente mesmo que implícita a noção de limite, muitas vezes ocorre o traçado territorial como esboço da materialização do poder de uma classe sobre a outra. Dessa maneira, “a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente”. Esta ação advém sempre de um propósito ou objetivo, que delimita outros objetivos.

Nesse sentido, compreende-se o território como um resultado das relações sociais que se organizam espacialmente, tanto politicamente como culturalmente, com atitudes impostas que influenciam a transformação social e algumas vezes conduzem para conquistas de melhores condições de vida. Onde, certo grupo desenvolve sua territorialidade, que é um fenômeno de comportamento, que buscam integrar-se e organizar-se no espaço, em territórios



visivelmente distintos, em setores em que se exerce ou se difunde determinada atividade, intelectuais ou físicas de influências consideradas únicas e distintas para os que definem, ou daqueles que se encontram nele.

Para Almeida Silva (2010, p. 19) “o território em que se encontram os indígenas são fragmentos de uma territorialidade criada artificialmente, visto que o território original compreendia uma dimensão muito maior do que se configura na atualidade”. Esses povos assistiram suas terras serem diminuídas gradualmente, as florestas sendo desmatadas a cada ano com proporções cada vez maiores, a contaminação dos rios e diminuição da biodiversidade.

De acordo com Saquet (2015, p. 08), “a materialidade do território não está na sua percepção e descrição mais banal e superficial, efetivada no século passado através de uma geografia não reflexiva de derivação positiva”. Porém, a materialidade do território manifesta-se também nas relações intersubjetivas resultantes do modo perseverante, da necessidade de produzir e de viver que, interagindo os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provoca relações entre si, como membros de uma sociedade.

Porém, nem todos os grupos indígenas que desenvolvem sua territorialidade conseguiram manter-se distantes do choque entre culturas. Cardoso de Oliveira (1972, p. 28), explica que “os grupos tribais que se encontram integrados participam intensamente da economia e das principais formas de comportamento institucionalizado da sociedade brasileira e sofrem profunda descaracterização em suas línguas e culturas”.

Tal explicação é referente a determinados grupos indígenas classificados como integrados, dessa forma, estão relacionados os grupos que experienciou todas as exigências que os levaram a mover-se, e apesar de tudo que passaram conseguiram sobreviver, encontram-se atualmente cercados em meio a população, restando a incorporação da vida econômica como reserva de mão-de-obra.

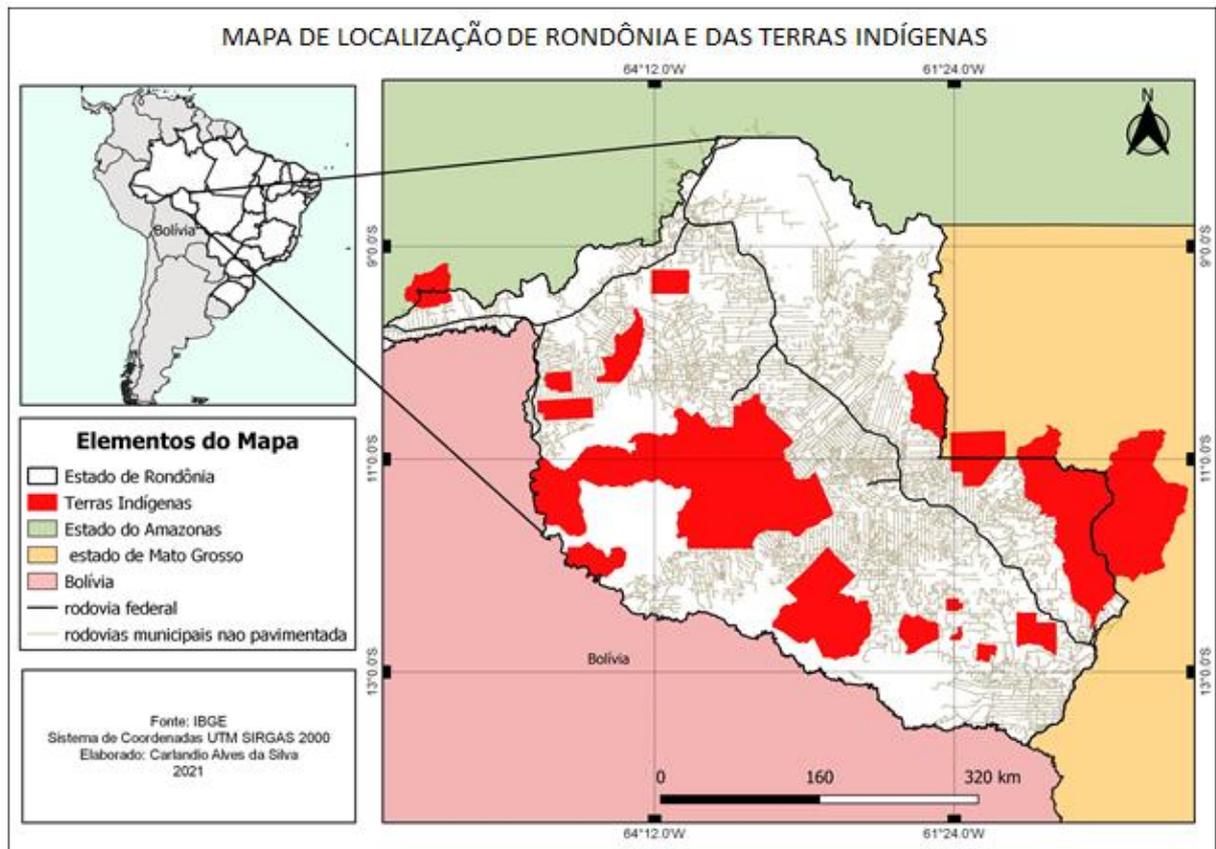
No início da década de 1980, a política do Estado brasileiro objetivava o povoamento e a intensificação da migração para Amazônia, com isto, incentivou de maneira desenfreada a ida de colonos para o estado de Rondônia, com projetos direcionados tais quais PIC's e PAD's, abertura da BR 029 atual 364 o que resultou em diversas invasões de terra e desmatamentos, considerados devastadores, estes conseqüentemente impactaram grandemente os povos indígenas que ali viviam, e se viram prejudicados por todos os lados.

Abaixo pode-se observar o mapa de localização do estado, e averiguar como foram distribuídas as terras indígenas, por influência do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), suas questões iniciais de abordagem estava a garantia do território



indígena, proteção, demarcação e criação de Unidades de Conservação, custeado pelo Banco Mundial com o propósito de solucionar as mazelas sociais e ambientais, fruto da implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), quando teve seu início e fim na década 1980.

Figura 01: Mapa de Localização de Rondônia e das Terras Indígenas



Essas terras indígenas que se observa no mapa acima, só foram demarcadas, após diversas pressões de entidades civis não governamentais dentro e fora do país, que conduziu a mudanças resultando na urgência da demarcação das Terras Indígenas, com o intuito de proteção às etnias. No cotidiano, mesmo com pressões internacionais e nacionais, com as organizações indígenas tendo se organizado civilmente e com as determinações da Constituição Federal brasileira em seu capítulo VIII, no Art. 231, não há segurança e proteção consolidada para as etnias. A inobservância e desobediência colocam a vida das etnias dentro do território brasileiro em constante risco, pois suas áreas tradicionalmente ocupadas são constantemente pressionadas e tem seus limites violados.

APORTE TEÓRICO



O entendimento sobre os diversos discursos que permeiam a expansão do agronegócio, inclusive as pressões e conflitos nas Terras Indígenas tornou-se importante tema de estudo na ciência geográfica. As análises em Geografia Crítica visam características e diversidades do ser humano no território, considerando os aspectos socioeconômicos, político e cultural, mescla-se aos fatores de relacionamento da conduta humana, estes que podem ser evidenciados de muitas maneiras. Nesse sentido, na busca de entender e evidenciar algumas das ações humanas, elaboradas para continuidade, resistência e até mesmo existência elaboradas pela etnia Karitiana que vive no estado de Rondônia,

O espaço geográfico é exposto por conteúdos elaborados pelo trabalho humano percebidos com o passar de suas temporalidades evidenciado nas transformações sociais, que cria e recria novas territorialidades, na relação formada pela ação humana que utiliza da técnica para moldar, organizar e gestar seu espaço.

Nesse sentido, a ação humana do trabalho se conecta com os instrumentos utilizados no decorrer de sua vida com diferentes propósitos, um desses é a demarcação territorial, esta utilizada justamente para estabelecer diferentes graus de acesso as coisas no espaço. (SACK, 1986, p. 11).

O espaço conforme explicitado por Santos (2012), é construído por um composto inerente, que estabelece uma relação de auxílio mútuo e por outro lado contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não analisados separadamente, e nesse sentido as etnias assim como outras sociedades especializam-se com suas atividades, marcando seu território com seu modo de vida expressando sua identidade em suas territorialidades.

Sabe-se que, a lógica da territorialidade é evidenciada como estratégia, essas utilizadas para oferecer diversos benefícios, para ajudar a afetar, influenciar e controlar o território, “as vantagens oferecidas constituem o domínio de razões” direcionadas ao uso do território com determinado interesse por quem detém o poder, desse modo as “territorialidade no mundo moderno é frequentemente um meio essencial de definir relações sociais”. (SACK, 2013, p. 88).

Nesse viés, Porto-Gonçalves (2011, p. 290) indica que a dominação do capitalismo retira das pessoas que estão nos lugares o poder de decisão, essa ação capacita poderosos grupos políticos a tomarem decisões longe dos lugares que são afetados, trata-se de “no mínimo ingenuidade deixar de assumir a dimensão política que está implicada na relação entre as diferentes escalas quando poderosos grupos operam em escalas supralocais, estimulando territorialidades sem governo”.



A valorização simbólica dada pela etnia ao território, advém de laços espirituais e construções de vínculo psicológico, os quais desencadeiam o entendimento interno das atitudes que os homens realizam em seu cotidiano, estas algumas vezes influenciando o contexto social em que estão inseridos, tendo como bem elenca Saquet (2015, p. 24) “as identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade” estão interligados para controle e manipulação do território.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho utilizou-se a metodologia de pesquisa com viés qualitativo, leituras de textos científicos e documentos, ou seja foi uma crítica realizada em fontes secundárias e primárias com a aplicação do método materialismo histórico-dialético, que ocorreu devido sua aplicabilidade desenvolver análises que possuem um caráter que auxiliam identificar as desigualdades e contrariedades, o que resulta em uma busca por justiça social e cidadania, pois dentro da pesquisa sabe-se que é o método é o que dispõe de aparatos lógicos e filosóficos para em conjunto com a teoria seja respondido as questões central que neste texto é a evidenciação das ações utilizadas pelo povo Karitiana para salvaguardar seu território e sua cultura. Como explicita Heck *et alii* (2005, p. 247):

As consequências da expansão do agronegócio na região Amazônica estão relacionadas à degradação ambiental e à ameaça aos territórios já conquistados ou ainda reivindicados pelas populações tradicionais, entre elas os povos indígenas. Mas o problema vai além, e está ligado ao modelo de desenvolvimento que o Estado brasileiro continua adotando não apenas para aquela região, mas para todo o país: um desenvolvimento voltado para atender as necessidades do mercado externo, no qual os recursos naturais sofrem toda a sorte de pressão e no qual as diversidades culturais e étnicas do país são vistas como entrave à expansão dos lucros ou à elevação do saldo da balança comercial.

Dessa forma, entende-se que com a aplicação deste método conjuntamente com a teoria geográfica de território e territorialidade pode-se evidenciar a realidade social de determinado grupo ou sociedade. O que acarreta várias perspectivas pertencentes ao homem, em seus diversos relacionamentos com outros humanos e instituições, Politzer (1961) indica que os filósofos materialistas procuraram explicar as coisas do mundo, e para tal fizeram observando primeiramente o princípio “*de la naturaleza, del hombre, y en fin todo lo que nos rodea, sintieron la necesidad de establecer distinciones*”, e concluíram que a realidade era



demasiada dialética. Segundo Konder (2008), as inquietações dos pesquisadores na perspectiva do materialismo histórico-dialético estão voltadas para resguardar as especificidades produzidas pelo homem.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Mesmo com a imposição da cultura dominante como gestora, organizadora e estruturadora do espaço social, houve e ainda há resistência para manutenção da cultura e salvaguarda da vida, nessa perspectiva Santos (2007), expõe o modo como o espaço é organizado, sendo resultado de escolha política e econômica, composta pelas ideologias dos detentores do poder, estas utilizada com a intencionalidade de modificação do modo de vida das etnias, o que conduziu os povos indígenas em diversos momentos da consolidação do território brasileiro a lutarem para conservação de sua perspectiva para com a natureza, desenvolvendo estratégias para assegurar o que ainda lhes restam. O combate faz-se também pela dignidade e ética para com seu habitat.

As etnias utilizam suas terras para atividades produtivas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e para reprodução física e cultural de seu modo de vida, buscando seguir seus costumes e tradições.

Nesse sentido, vale ressaltar que o estado de Rondônia não pode ser caracterizado como uma fronteira agrícola de sucesso, para o que foi planejado, pois repetiu-se nesta unidade federativa o que já havia ocorrido em outras áreas do país, segundo Coy (1988), os atuais processos de diferenciação social no campo, são fruto de uma reprodução das estruturas sociais, dos conflitos e mazelas que já ocorriam em outras regiões do país, nesse sentido, o que ocorre em Rondônia já foi realizado e já se teve o resultado negativo, mas isso não impede que as ações depredatórias ocorram.

Nessa perspectiva Da Silva (2021), descreve que o desenvolvimento feito pelo Estado baseado no conflito de interesses, de grupos de migrantes que necessitavam das terras para trabalho e grupos indígenas que necessitam dela para sobreviverem de acordo com seu modo de vida, travam embate constante, as relações desiguais entre os índios e não-índios resulta na perda de direitos dos primeiros e avanço tanto legal quanto ilegal dos segundo sobre as áreas e os direitos indígenas que foram conseguidos após muitas lutas e mortes.

As relações desiguais que favorecem em especial a classe dominante, fica explícito quando entende-se o papel do Estado no que reflete as relações de classes e forças sociais:



O Estado não é uma coisa ou uma entidade com essência instrumental intrínseca que deteria um poder-grandeza quantificável, mas que reflete as relações de classes e forças sociais. Só se pode entender por poder de Estado o poder de algumas classes (dominantes), ou seja o lugar dessas classes na relação de poder frente às outras (dominadas), e, ainda mais, na medida em que trata-se aqui de poder político, a estratégica relação de forças entre essas classes e sua posições. O Estado não é nem o depositário instrumental (objeto) de um poder-essência que a classe dominante deteria, nem um sujeito que possua tanta quantidade de poder que, num confronto face a face, o tomara das classes: o Estado é o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas. É um lugar e um centro de exercício do poder, mas que não possui poder próprio (POULANTZAS, 1980, p.169).

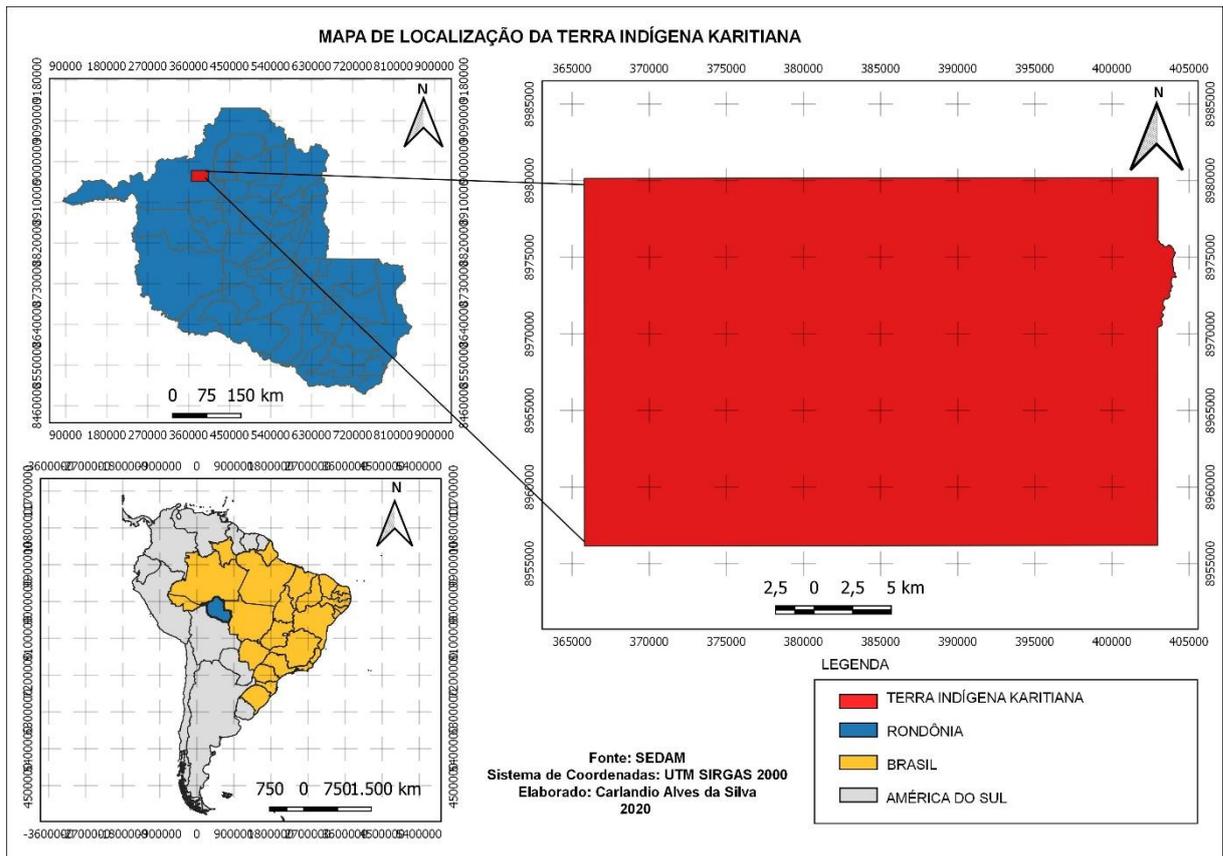
Percebe-se que de acordo com o poder de uma classe, essa tem seu lugar privilegiado nas relações econômicas, políticas e ideológicas, lugar que ofusca as práticas das classes em luta, isto é, as relações desiguais de dominação/subordinação que equivalem em relações de poder.

Diante de todas as ações impostas contra as etnias, algumas tentam frear o avanço do capital em suas terras, mesmo que utilizando de alternativas capitalistas junto com os órgãos estatais FUNAI, EMBRAPA e EMATER, ou com outras parcerias para desenvolvimento de produtos para comercialização, e proteção do meio ambiente com destaque para sustentabilidade, com preservação e interação com a floresta resistem, as vezes com êxito ao avanço do capital em suas terras.

Os Karitiana sendo um desses povos, atualmente vivem na Terra Indígena com o seu nome, possuem uma área de 89.682,1380 ha, totalmente localizada no município de Porto Velho, sua população segundo o FUNAI em 2014 era de 333 pessoas, falam o português e a língua Tupi-Arikém. Essa etnia conseguiu organizar-se em quatro associações, sendo elas: Associação Aldeia Caracol – Índios Karitianas, Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia - AGIR, Associação do Povo Karitiana - Akot Pytim Adnipa - APK, Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas – OPIROMA.



Figura 02: Mapa de Localização da Terras Indígena Karitiana



Segundo Sampaio e Silva (1997), os Karitianas viviam nas proximidades de Ariquemes, na BR-364, com a aproximação dos não-índio, foram se afastando indo em direção ao Rio Candeias, onde estão a mais de quarenta anos. Seus primeiros contatos foram ainda no final do século XVII, conseguindo manter-se isolados até o início do século XX, quando o encontro com os caucheiros e seringueiros dizimou boa parte do grupo e viveram sob exploração servil durante muitos anos, quando foram pacificados por Marechal Rondon em 1932. Com o processo de evangelização pela missão evangélica americana que contava com estudiosos linguistas SUMMER-SIL, formaram pastores índios e construíram um templo na ladeia, provocando a divisão entre cristãos e não-cristãos, o que perdura até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES

Em vista do que foi exposto sobre a territorialidade indígenas Karitianas, que apesar da regularização de seu território ancestral, não impediu que cessassem invasões de todas as competências impactando o modo de vida e a cultura do povo Karitiana. Ainda assim, a construção da territorialidade reflete o entrelaçamento de ações no espaço, socializando e reafirmando os valores morais e éticos, como resultado das experiências socioespaciais.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”**. Curitiba – PR. Tese (Doutorado em geografia) Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – UFPR. Paraná 2010. 301 p

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Planalto, 1988. Art. 231.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo: Livraria pioneira editora. 1972.

COY, M. **Desenvolvimento regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de fronteira, o caso de Rondônia**. In: AUBERTIN, C. (Org.) **Fronteiras**. Brasília: UNB, 1988. p. 167-194 https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37780.pdf. Acesso em:04/05/2016.

DA SILVA, Carlandio Alves. **Espacialização das pressões do avanço do capitalismo nas áreas indígenas do estado de Rondônia- Brasil**. Cuiabá – MT. Dissertação (mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia – UFMT. Cuiabá 2021.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

HAESBAERT, R. Território e des-territorialização. In ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia Cultural: Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000. p. 115-144.

HECK, E., LOEBENS, F. e CARVALHO, P. D. **Amazônia indígena: conquistas e desafios**. In Revista Estudos Avançados 19 (53), 2005. p. 237-255.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

POLITZER, G. **Princípios elementales de filosofia**. Buenos Aires: Koba, 1961.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

XIV ENANPEGE
ESPAÇO DIGITAL

- POULANTZAS, N. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SACK, R. D. **O Significado de territorialidade**. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Insular, 2013. p. 63-90.
- SACK, R. D. **Human Territoriality: Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAMPAIO, W.; SILVA, V. **Os povos indígenas de Rondônia**. Porto Velho: Edufro, 1997.
- SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp. 2007.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2012.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre o território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.